



**SPE Concessionária do Aeroporto de
Ilhéus S.A.**

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

com Relatório dos Auditores Independentes

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022.

Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	11

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.
Ilhéus - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A. (“Companhia”)** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir intitulada: “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – aumento de capital

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 17.1. Capital Social, que houve uma Assembleia Geral Extraordinária em 30 de abril de 2022, com a presença da totalidade dos acionistas, que deliberou sobre o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 6.000, tendo sido integralizado o valor de R\$ 2.000, com reservas mantidas por ela, cuja ata está em fase de registro na JUCEB – Junta Comercial do Estado da Bahia. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando divulgando quando aplicável os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras—Continuação

- Concluimos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório, todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito entre outros aspectos do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria inclusive as eventuais deficiências importantes nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2023.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP-031.269/O-1



Henrique Silva Premoli
Contador CRC 1SP-250.993/O-6



Vanderlei Marcello Fernandes Junior
Contador CRC 1SP-297.750/O-4

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivos	Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.785	183	Fornecedores	10	278	4.794
Contas a receber	5	1.458	1.365	Obrigações trabalhistas e sociais	11	581	559
Tributos a recuperar	6	431	1.190	Impostos e contribuições a recolher	12	645	1.046
Despesas antecipadas	-	165	399	Parcelamento de tributos	13	502	388
Outros créditos	-	317	143	Partes relacionadas	15	19	28
		<u>5.156</u>	<u>3.280</u>	Adiantamento de clientes	-	4	67
				Passivo de arrendamento	-	-	16
				Outras contas a pagar	-	-	6
						<u>2.029</u>	<u>6.904</u>
Não circulante				Não circulante			
Ativo de direito de uso	-	-	1	Empréstimos e financiamentos	9	12.960	-
Imobilizado líquido	7	1.837	969	Obrigações com o poder concedente	14	10.223	9.690
Intangível líquido	8	42.666	30.295	Parcelamento de tributos	13	1.282	1.440
		<u>44.503</u>	<u>31.265</u>	Partes relacionadas	15	12.445	11.537
				Dividendos a pagar	17.4	1.655	540
						<u>38.565</u>	<u>23.207</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social	17.1	8.000	2.000
				Capital social a integralizar	17.1	(4.000)	-
				Reserva legal	17.2	287	149
				Reserva de incentivos fiscais	17.3	999	667
				Reserva de lucros	-	3.779	1.618
						<u>9.065</u>	<u>4.434</u>
Total do ativo		<u><u>49.659</u></u>	<u><u>34.545</u></u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>49.659</u></u>	<u><u>34.545</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita operacional líquida	18	30.866	21.146
Custo serviços prestados	19	(22.083)	(14.377)
Resultado bruto		8.783	6.769
Despesas administrativas e gerais	20	(769)	(473)
Outras despesas operacionais	-	38	(20)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		8.052	6.276
Receitas financeiras	21	326	42
Despesas financeiras	22	(1.164)	(700)
Resultado financeiro líquido		(838)	(658)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		7.214	5.618
Imposto de renda e contribuição social	23	(1.468)	(672)
Lucro líquido do exercício		5.746	4.946

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	5.746	4.946
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>5.746</u>	<u>4.946</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

Nota	Capital social	Capital social a integralizar	Reservas			Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de Incentivos fiscais	Reserva de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.000	-	-	-	-	(1.972)	28
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	4.946	4.946
Destinação para reserva legal	17.2	-	149	-	-	(149)	-
Destinação para reserva de incentivo fiscal	17.3	-	-	667	-	(667)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17.4	-	-	-	-	(540)	(540)
Destinação para reserva de lucros	-	-	-	-	1.618	(1.618)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.000	-	149	667	1.618	-	4.434
Aumento de capital social	17.1	(4.000)	(149)	(667)	(1.184)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	5.746	5.746
Destinação para reserva legal	17.2	-	287	-	-	(287)	-
Destinação para reserva de incentivo fiscal	17.3	-	-	999	-	(999)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17.4	-	-	-	-	(1.115)	(1.115)
Destinação para reserva de lucros	-	-	-	-	3.345	(3.345)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	8.000	(4.000)	287	999	3.779	-	9.065

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		7.214	5.618
Ajustes para reconciliação do fluxo de caixa			
Amortização e depreciação		1.390	1.239
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)		359	36
		8.963	6.893
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento)/diminuição dos ativos			
Contas a receber		(452)	(593)
Tributos a recuperar		759	(1.029)
Despesas antecipadas		234	(349)
Outros créditos		(174)	(121)
Aumento/(Diminuição) dos passivos			
Fornecedores		(4.516)	4.293
Obrigações trabalhistas e sociais		22	(205)
Impostos e contribuições a recolher		(401)	538
Adiantamento de clientes		(63)	(365)
Passivo de arrendamento		(15)	(38)
Outras contas a pagar		(6)	6
Parcelamento de tributos		(44)	1.784
Imposto de renda e contrib social, pagos		(1.468)	(672)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais		2.839	10.142
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	7	(1.177)	(355)
Aquisição de intangível	8	(12.919)	(6.352)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		(14.096)	(6.707)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	9	12.960	-
Partes relacionadas		899	(4.594)
Fluxo de caixa proveniente (consumido) das atividades de financiamento		13.859	(4.594)
Aumento (Redução) em caixa e equivalentes de caixa		2.602	(1.159)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	4	183	1.342
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	4	2.785	183
Aumento (Redução) em caixa e equivalentes de caixa		2.602	(1.159)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

1. Informações gerais

A **SPE Concessionária do Aeroporto da Ilhéus S.A. (“Companhia”)** é uma Sociedade Anônima de capital fechado com sede na Cidade de Ilhéus, na Rua Brigadeiro Eduardo Gomes, s/n, localizada no Município de Ilhéus no Estado da Bahia.

A Companhia tem como objeto social a concessão dos serviços públicos para ampliação, gestão e manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto de Ilhéus, suas áreas e serviços à título de execução indireta.

O prazo da concessão patrocinada é de 30 anos com início a partir da data de eficácia em 03 de novembro de 2018.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos acionistas e diretores em 31 de março de 2023.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$) mesma moeda da preparação das demonstrações financeiras que estão sendo apresentadas em milhares de Reais (R\$) exceto quando expressamente indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria: “avaliadas ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)”.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.2. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes.

3.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

- **Julgamentos**

A elaboração das demonstrações financeiras requer a adoção por parte da Administração de estimativas e julgamentos que afetam os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e receitas e despesas nos exercícios demonstrados.

- **Estimativas e premissas**

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas como a mensuração de provisões para perdas com recebíveis, estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para demandas judiciais, estimativas da vida útil de determinados ativos não financeiros e outras similares.

Os resultados efetivos poderão ser significativamente diferentes destas estimativas e premissas em função do tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

As principais premissas relativas as fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir:

(i) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentado no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos é determinado utilizando técnicas de avaliação incluindo o método de Fluxo de Caixa Descontado (FCD).

Os dados para estes métodos se baseiam naqueles praticados no mercado quando possível, contudo, quando isso não for viável um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo.

O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre estes fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

- **Estimativas e premissas--Continuação**

- (ii) Demandas judiciais e riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia está sujeita no curso normal dos nossos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras.

As provisões constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes de processos em curso são revisadas e ajustadas com base na avaliação da Administração fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

- (iii) Amortização do ativo intangível**

O período e o método de amortização para o ativo intangível com vida útil definida são revisados ao final de cada exercício social quando houver indicativo de “*impairment*”, mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização conforme o caso sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

3.4. Instrumentos financeiros

São reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias:

- (i) Ativos financeiros**

Os ativos financeiros são classificados como mensurado: a Custo Amortizado (CA); Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial ou Valor Justo através do Resultado (VJR).

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos no caso de investimentos não designados a Valor Justo por meio do Resultado (VJR) dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.4. Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) Passivos financeiros

São classificados como passivos financeiros a Valor Justo por meio do Resultado (VJR), empréstimos e financiamentos ou com derivativos classificados como instrumento de hedge conforme o caso.

A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e no caso de empréstimos e financiamentos são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

3.5. Ativos intangíveis

- **Contratos de concessão de serviços – direito de exploração de infraestrutura – ICPC 01 (R1)**

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão a Companhia atua como prestadora de serviços construindo e ampliando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo.

O contrato de concessão estabelecido entre a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (AGERBA) e a SPE Concessionária do Aeroporto da Ilhéus S.A. prevê uma outorga a ser paga ao poder concedente e a cobrança pela concessionária de tarifas a serem pagas pelos usuários do Aeroporto de Ilhéus.

O contrato prevê também que extinta a concessão retornam automaticamente ao poder concedente os equipamentos, instalações e outros bens, diretos e privilégios vinculados ao serviço concedido.

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ele tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão.

Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial.

Após o reconhecimento inicial o ativo intangível é mensurado pelo custo deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.5. Ativos intangíveis--Continuação

- **Contratos de concessão de serviços – direito de exploração de infraestrutura – ICPC 01 (R1)--Continuação**

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

- **Amortização**

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo.

A vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviço é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar o público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A vida útil estimada para os períodos correntes é estabelecida conforme prazo do contrato de concessão.

3.6. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor entrará em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento;
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.7. Ativos e passivos contingentes

(i) Ativos contingentes

São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado.

Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

(ii) Passivos contingentes

São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Quando as perdas forem avaliadas como possíveis os montantes envolvidos são divulgados nas notas explicativas.

3.8. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses caso contrário são demonstrados como não circulantes.

3.9. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.10. Incentivos fiscais – subvenção governamental

A partir 01 de janeiro de 2021 a Companhia passou a ser beneficiária de incentivo fiscal obtido por redução de 75% do imposto de renda incidente sobre os lucros da exploração por possuir projetos de implantação, modernização, ampliação ou diversificação de empreendimentos localizados e em operação na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Os saldos deste incentivo foram registrados no resultado da Companhia, no grupo do imposto de renda corrente conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 23. Em contrapartida, esses valores foram reconhecidos na reserva de lucros à conta de “Incentivos fiscais” no patrimônio líquido.

3.11. Obrigações com poder concedente

A outorga de concessão estabelecida no contrato de concessão no valor de R\$ 20.101 a ser pago Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (AGERBA) em 25 parcelas iguais anuais corrigidas pelo mesmo índice e periodicidade das tarifas aeroportuárias sendo que a primeira vencerá 5 anos após a data do início do contrato.

A contribuição fixa está registrada sob a denominação: “Obrigações com o poder concedente” no passivo não circulante considerando os prazos de liquidação superiores ao prazo de 1 ano descontados a valor presente e amortizados pelas liquidações financeiras.

O Ajuste a Valor Presente (AVP) da outorga foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5,5% a.a. estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga e baseada nas taxas de longo prazo praticadas no mercado no período compreendido não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão.

3.12. Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano caso contrário as contas são apresentadas no passivo não circulante.

3.13. Receita operacional

As receitas operacionais são reconhecidas quando da prestação dos serviços em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.13. Receita operacional--Continuação

A seguir estão apresentados os principais tipos de receita obtidos pela Companhia:

(i) Tarifas Aeroportuárias

A Companhia atua na qualidade de agente intermediador na operação do terminal aeroportuário executando a cobrança das tarifas de embarque e navegação devidas pela utilização das instalações e serviços de despacho e embarque da estação de passageiros.

(ii) Prestação de serviços em aeroportos

A Companhia atua na qualidade de administradora de aeroportos e outras atividades.

(iii) Receita de locação

A receita de locação é decorrente de contratos de aluguéis com as empresas de transporte, lojas e restaurantes localizados no aeroporto e reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

(iv) Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado.

De acordo com a Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ICPC) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração: por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro) ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível).

Para essa última modalidade a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado.

Na contabilização das margens de construção a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção.

A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.14. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros recebidos em decorrência dos pagamentos em atraso de clientes.

A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, juros sobre parcelamentos fiscais, descontos concedidos a clientes e despesas bancárias.

3.15. Arrendamentos

A Companhia avalia na data de início do contrato se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso é idêntico ao valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos. Contemplam no cálculo custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Na data de início do arrendamento a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo substancialmente pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.15. Arrendamentos--Continuação

Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a Companhia usa uma taxa implícita encontrada com base na taxa de captação da dívida na data de início. Após a data de início o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados.

Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Também se aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor.

3.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022 ou após

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos a serem aplicados pela primeira vez em 2022 e não identificou impactos em suas demonstrações financeiras e, decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda que não estejam vigentes.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa	1	1
Bancos	73	13
Aplicação financeira	2.711	141
Numerários em trânsito	-	28
	2.785	183

As aplicações financeiras são resgatáveis em um prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a receber

	2022	2021
Locações a receber	837	758
Tarifas Aeroportuárias	1.163	790
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	(542)	(183)
	1.458	1.365

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

5. Contas a receber--Continuação

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada a seguir:

	2022	2021
Saldo inicial	(183)	(147)
Constituição de provisão	(490)	(36)
Reversão de provisão	131	-
Saldo final	(542)	(183)

6. Tributos a recuperar

	2022	2021
INSS a compensar	-	12
IRPJ a compensar	341	860
CSLL a compensar	90	318
	431	1.190

7. Imobilizado líquido

		2022		2021	
	% - Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10	1.666	(314)	1.352	629
Equipamento de informática	10	449	(134)	315	103
Móveis e utensílios	20	160	(56)	104	120
Veículos	20	248	(182)	66	117
		2.523	(686)	1.837	969

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Saldo inicial	969	768
(+) Adições	1.177	355
(-) Depreciação	(309)	(154)
Saldo final	1.837	969

8. Intangível líquido

		2022		2021	
	% - Taxa de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Outorgas da concessão (i)	(a)	32.102	(4.458)	27.644	28.713
(-) AVP s/ outorga	(a)	(9.878)	-	(9.878)	(10.411)
Softwares	20	52	(27)	25	36
Obras em andamento (ii)	-	24.875	-	24.875	11.957
		47.151	(4.485)	42.666	30.295

(a) As taxas de amortização são aplicadas com base no prazo do contrato de concessão de 30 anos.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

8. Intangível Líquido--Continuação

- (i) Refere-se à outorga fixa no valor de R\$ 12.000 pago à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO a título de custeio de programas de adequação do efetivo conforme definido em contrato de concessão; e a outorga de concessão que refere-se ao valor a ser pago à AGERBA (Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia) em 25 parcelas iguais anuais corrigidas pelo mesmo índice e periodicidade das tarifas aeroportuárias sendo que a primeira parcela vencerá 5 anos após a data de eficácia (03/11/2018), as demais parcelas anuais terão seus respectivos pagamentos devidos a cada 12 meses subsequentes;
- (ii) Os gastos estão sendo realizados para reforma e ampliação do Aeroporto Jorge Amado – Ilhéus.

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial	30.295	24.518
(+) Adições	12.919	6.352
(+) Atualização AVP	533	505
(-) Amortização	(1.081)	(1.080)
Saldo final	<u>42.666</u>	<u>30.295</u>

9. Empréstimos e financiamentos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Banco do Nordeste do Brasil S.A. (a)	12.960	-
	<u>12.960</u>	<u>-</u>

- (a) Refere-se ao contrato de abertura de crédito nº 187.2021.27.6797, celebrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A e a Companhia, em 26 de maio de 2021, no valor total de R\$ 26.820, a serem promovidos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Até a data de 31 de dezembro de 2022 foram liberados R\$ 12.960. Os encargos financeiros incidentes sobre os recursos do FNE equivalem à taxa efetiva de 0,097962% a.m., além do Fator de Atualização Monetária - FAM, composto pela variação do IPCA. A amortização do principal da dívida terá início em 15/07/2024 e vencimento final em 15/06/2040. O contrato de abertura de crédito possui como garantia a fiança bancária.

10. Fornecedores

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fornecedores	278	4.794

O saldo refere-se principalmente aos fornecedores de bens e serviços da reforma e ampliação do Aeroporto.

11. Obrigações trabalhistas e sociais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Salários a pagar	135	125
INSS a recolher	64	56
FGTS a recolher	22	21
IRRF a pagar	15	12
Provisão de férias e encargos	332	335
Outras obrigações trabalhistas	13	10
	<u>581</u>	<u>559</u>

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

12. Impostos e contribuições a recolher

	2022	2021
PIS a recolher	24	44
COFINS a recolher	113	205
IRPJ a recolher	143	309
CSLL a recolher	270	363
ISS a recolher	59	62
Impostos retidos a recolher	36	63
	645	1.046

13. Parcelamento de tributos

	2022	2021
Parcelamento de ISS	36	44
Parcelamento PIS	76	91
Parcelamento COFINS	378	449
Parcelamento INSS	396	345
Parcelamento PIS/COFINS	621	649
Parcelamento especial – Demais Débitos	75	36
Outros parcelamentos	202	214
	1.784	1.828
Circulante	502	388
Não circulante	1.282	1.440
	1.784	1.828

Os parcelamentos simplificados de PIS e COFINS foram aderidos em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1891/2019 tendo como o saldo total parcelado em 60 (sessenta) vezes e acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado (artigo 13 da Lei nº 10.522 de 19 de julho de 2002).

O parcelamento simplificado do INSS foi aderido em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1891/2019 tendo como o saldo total parcelado em 32 (parcelas) vezes e acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado (artigo 13 da Lei nº 10.522 de 19 de julho de 2002).

14. Obrigações com o poder concedente

	2022	2021
Outorga de concessão	20.101	20.101
Ajuste a Valor Presente (AVP)	(9.878)	(10.411)
	10.223	9.690

A outorga de concessão estabelecida no contrato de concessão no valor de R\$ 20.101 a ser pago a AGERBA (Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia) em 25 parcelas iguais anuais corrigidas pelo mesmo índice e periodicidade das tarifas aeroportuárias sendo que a primeira vencerá 5 anos após a data do início do contrato.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

14. Obrigações com o poder concedente--Continuação

Não ocorreram correções nas tarifas vigentes durante o exercício.

A base de cálculo para as obrigações com o poder concedente e os critérios utilizados para o Ajuste a Valor Presente (AVP) estão detalhados na Nota Explicativa nº 3.11.

15. Partes relacionadas

	2022	2021
Socicam Administração Proj. e Repr. Ltda. (a)	12.464	11.565
	12.464	11.565
Circulante	19	28
Não circulante	12.445	11.537
	12.464	11.565

- (a) Operação de conta corrente com acionistas e reembolso de despesas a pagar. Nestas operações não há previsão de incidência de juros, correção monetária e não serão vencíveis no curto prazo.

16. Demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2022 as ações em curso classificadas, pelos assessores jurídicos da Companhia, com risco de perda possível totalizaram R\$ 192. Em 31 de dezembro de 2021 não havia processos judiciais passivos em curso.

Nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esses processos, tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

O capital social subscrito, em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 8.000 (R\$ 2.000 em 2021), sendo que foi integralizado o montante de R\$ 4.000 (R\$ 2.000 em 2021). O capital social subscrito está representado por 8.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal no valor de R\$ 1 (valor expresso em Reais – R\$) cada, assim distribuído:

	%	Ações	R\$
Socicam Adm. Proj. e Representações Ltda.	65	5.200	5.200
Lanças Engenharia, Com. e Construções Ltda.	35	2.800	2.800
	100	8.000	8.000

Em 30 de abril de 2022 os acionistas deliberaram aumentar o capital social da Companhia em R\$ 6.000 com a emissão de 6.000.000 novas ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas parcialmente da seguinte forma: R\$ 149 mediante a utilização da reserva legal, R\$ 667 mediante a utilização das reservas de incentivos fiscais e R\$ 1.084 mediante a utilização das reservas de lucros. A Ata da AGE está em fase de registro na JUCEB.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

17. Patrimônio líquido--Continuação

17.2. Reserva legal

É constituída com base nos dispositivos legais no art. 193 da Lei nº 6.404/76 sendo destinados 5% do lucro líquido para reserva legal.

17.3. Reserva de incentivos fiscais – subvenção governamental

A Companhia goza de subvenção atrelada aos incentivos de IRPJ concedidos pelo Ministério do Desenvolvimento Regional – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) – Sistema de Incentivos e Benefícios Fiscais (SIEF) de acordo com o laudo constitutivo nº 0172/2021 e Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 012114161 da Receita Federal regulamentado pela IN SRF 267/2002 com alterações posteriores.

Tais incentivos têm prazo de validade até 31/12/2030 por estarem na área de atuação da SUDENE para instalação, ampliação, modernização ou diversificação, enquadrados em setores da economia considerados em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento do Nordeste, no qual terão direito a redução de até 75% (setenta e cinco por cento) do imposto de renda e adicionais calculados pelo lucro da exploração.

17.3. Reserva de incentivos fiscais – subvenção governamental-- Continuação

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia destinou o valor de R\$ 667 para reserva de incentivos fiscais que foi utilizada para aumento de capital no decorrer de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia destinou o valor de R\$ 999 para a reserva de incentivos fiscais.

17.4. Dividendo mínimo obrigatório

É assegurado um dividendo mínimo e obrigatório de 25% calculado com base no lucro líquido ajustado pelas variações patrimoniais das reservas conforme legislação societária vigente.

A seguir apresenta-se o cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios:

	2022	2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	5.746	4.946
(-) Absorção de prejuízos acumulados	-	(1.972)
(=) Base de cálculo para reserva legal	5.746	2.974
(-) Reserva legal – 5%	(287)	(149)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(999)	(667)
(=) Base de cálculo para os dividendos	4.460	2.158
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	1.115	540

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

18. Receita operacional líquida

	2022	2021
Tarifas de embarque aeroportuários	12.124	9.818
Locações	5.207	4.086
Tarifas de pouso e permanência	3.258	2.746
Estacionamento convencional	84	323
Controle de acesso aeroportuário	42	49
Outras receitas operacionais	-	11
Receitas de construção	12.919	6.351
(-) Serviços cancelados	(51)	(17)
(-) Tributos sobre receita	(2.717)	(2.221)
	30.866	21.146

19. Custo dos serviços prestados

	2022	2021
Custo de pessoal	(4.174)	(3.772)
Prestadores de serviços PJ	(1.727)	(1.324)
Serviços públicos	(829)	(906)
Manutenção, conservação e limpeza	(300)	(238)
Custo de construção	(12.919)	(6.351)
Depreciação e amortização	(1.345)	(1.239)
Aluguéis	(132)	(63)
Seguros	(462)	(138)
Outros tributos, taxas e contribuições	(195)	(346)
	(22.083)	(14.377)

20. Despesas administrativas e gerais

	2022	2021
Viagens e representações	(99)	(168)
Despesas com veículos	(34)	(172)
Escritório e informática	(74)	(76)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	(343)	(36)
Jornais, revistas e anúncios	(163)	(21)
Outras despesas	(56)	-
	(769)	(473)

21. Receitas financeiras

	2022	2021
Descontos obtidos	4	1
Juros e multas recebidos	148	37
Receitas aplicações financeiras	66	2
Outras receitas financeiras	108	2
	326	42

22. Despesas financeiras

	2022	2021
Juros pagos ou incorridos	(616)	(349)
Multas e correções	(512)	(285)
Desconto concedidos	(8)	(38)
Despesas bancárias	(16)	(14)
Despesas com AVP	-	(9)
Outras despesas financeiras	(12)	(5)
	(1.164)	(700)

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

23. Imposto de renda e contribuição social

A seguir a conciliação do imposto de renda e da contribuição social:

	2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	7.214	5.618
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(2.453)	(1.910)
(+) Adições	13.411	6.589
(-) Exclusões	(13.066)	(6.494)
Compensação de prejuízo fiscal	(234)	(1.714)
Base de cálculo Imposto de Renda e da Contribuição Social	7.325	3.999
Imposto de renda e contribuição social (24%)	(1.758)	(960)
Adicional do imposto de renda (10%)	(709)	(379)
Incentivo fiscal – lucro da exploração – Nota 17.3	999	667
Imposto de renda e contribuição social corrente, líquida	(1.468)	(672)
Taxa efetiva	20%	12%

24. Instrumentos financeiros

A Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros descritos a seguir:

24.1. Gerenciamento de risco

A Companhia possui operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros.

A Administração destes riscos é efetuada por meio da definição de estratégias, estabelecimento de sistema de controles e determinação de limite de operação.

24.2. Risco de crédito e de realização

Estes riscos são administrados por normas específicas de análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente.

Adicionalmente há análises específicas e normas para aplicações em instituições financeiras e os tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro.

24.3. Valor de mercado dos instrumentos financeiros

As contas de caixa e equivalentes de caixa (caixa, bancos e aplicações financeiras), saldo a receber de clientes e empréstimos e financiamentos são considerados instrumentos financeiros cujos valores de mercado são coincidentes com os saldos contábeis e serão mantidos até o vencimento conforme intenção da Administração.

Em 31 de dezembro de 2022 não existiam instrumentos derivativos a serem reconhecidos a valor justo nas demonstrações financeiras.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

25. Cobertura de seguros

A Administração da Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos.

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros considerando a natureza de sua atividade, assim como mantêm cobertura de responsabilidade civil e dano moral a terceiros.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia mantém cobertura de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas que são julgadas suficientes pela Administração para proteger os ativos e negócios de eventuais sinistros cuja cobertura de seguro e limite máximo de indenização está representado da seguinte forma:

- (i) Seguro garantia R\$ 1.574;
- (ii) Seguro de responsabilidade civil R\$ 1.500;
- (iii) Seguros materiais, patrimoniais e prediais R\$ R\$ 20.437.

As premissas de risco adotadas e suas respectivas coberturas dada a sua natureza não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

26. Compromissos

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possuía compromissos financeiros relevantes, exceto a carta fiança contratada junto ao Banco BOCOM BBM S.A., no montante de R\$ 6.175, vigorando pelo período de 12/11/2022 até 12/11/2023, com objetivo de garantir operações financeiras junto a terceiros.

27. Eventos subsequentes

Até a data de publicação destas demonstrações financeiras não ocorreram eventos subsequentes significativos na Companhia que merecessem divulgações nos termos do normativo contábil CPC 24 – Eventos Subsequentes.

Membros da Diretoria

Claudio José Gomes
Diretor Presidente

Marcelo Sturlini Bisordi
Diretor

Eduardo Buzam Júnior
Contador – 1SP243887/O-3
